



O Conselheiro Roberto Pfeiffer submeteu ao Plenário os verbos dos ofícios de nº 2904/01 (AC 08012.000705/2000-19), 2920/01 (AC 08012.001972/2001-83) e 2921/01 (AC 08012.007116/2000-51), os quais foram referendados por unanimidade.

O Conselheiro Ronaldo Macedo submeteu ao Plenário os verbos do ofício de nº 2915/01 (AC 08012.000013/2001-41), o qual foi referendado por unanimidade.

Apreciação da Ata desta sessão

O Tribunal, por unanimidade, aprovou esta Ata da 22ª Sessão Ordinária.

Às 16h25min o Presidente do CADE, João Grandino Rodas, declarou encerrada a sessão.

Brasília, 10 de outubro de 2001
FÁBIO ALESSANDRO DOS SANTOS
Secretário do Plenário

JOÃO GRANDINO RODAS
Presidente do Conselho

ATA DE DISTRIBUIÇÃO ORDINÁRIA Nº 244

Data: 10/10/2001

Hora: 14h00min

Presidente: João Grandino Rodas

Secretário: Fábio Alessandro dos Santos

Foram distribuídos pelo sistema de sorteio os seguintes feitos:

01. Ato de Concentração nº 08012.000025/01-89
Requerentes: Pacific Cycle I.L.C., Schwinn/GT Corp
Advogados: não consta dos autos.
Relator: Conselheiro Ronaldo Porto Macedo Júnior

02. Ato de Concentração nº 08012.000027/01-78
Requerentes: Hewlett Packard Company, Indigo NV.
Advogados: André Marques Gilberto, Décio Policastro, José Theodoro Alves de Araújo, Mariana Duarte Garcia de Lacerda, Mauro Grunberg, Priscila Brito Gonçalves e outros.
Relator: Conselheiro Ronaldo Porto Macedo Júnior

03. Ato de Concentração nº 08012.000028/01-12
Requerentes: Gucci Group N.V., Pinault-Printemps-Redoute S.A.
Advogados: Daniel Oliveira Andreoli, José Augusto Regazzini, Marcelo Procópio Calliari, Milla Maria de Lima Gomes e Umbelino Lôbo, Rogério Domene, Syllas Tozzini e outros.
Relator: Conselheiro Ronaldo Porto Macedo Júnior

04. Ato de Concentração nº 08012.000029/01-67
Requerentes: General Electric Company, Spirent Plc.
Advogados: Carla Lobão Barroso de Souza, César Costa Alves de Mattos, Daniela de Vicq Carvalho, Francisco Ribeiro Todorov, Luciano Costa, Luiz Antonio D'Arce Vergueiro, Túlio Freitas do Egito Coelho e outros.
Relator: Conselheiro Ronaldo Porto Macedo Júnior

05. Ato de Concentração nº 08012.000035/01-14
Requerentes: Sandvik AB, Walter AG
Advogados: Christiane Ambrosio da Fonseca, José Augusto Caleiro Regazzini, Marcelo Procópio Calliari, Milla Maria de Lima Gomes e Umbelino Lôbo, Rogério Domene, Syllas Tozzini e outros.
Relator: Conselheiro Ronaldo Porto Macedo Júnior

06. Ato de Concentração nº 08012.000048/01-93
Requerentes: CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, ETEP - Empresa Paulista de Transmissão de Energia Elétrica S/A
Advogados: Claudia Maniaci, Erica Trevizani Rossi, Guilherme Fiorini Filho, Maria da Graça de Brito Vianna Pedretti, Ricardo Madrona Saes, Thomas Benes Felsberg.
Relator: Conselheiro Ronaldo Porto Macedo Júnior

JOÃO GRANDINO RODAS
Presidente do Conselho

10/12/2001

PORTARIA Nº 58, DE 10 DE OUTUBRO DE 2001

O Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 8º, incisos I, III e IX da Lei nº 8.884/94, de 11 de junho de 1994, resolve:

Art. 1º. Os processos de competência do CADE, recebidos pela Secretaria de Apoio Processual, após o despacho do Presidente, serão relacionados e encaminhados até às 16h00min da sexta-feira à Secretaria do Plenário para serem distribuídos na sessão ordinária de distribuição seguinte, nos termos do art. 5º do Regimento Interno do CADE.

§ 1º. Os processos mencionados no caput deste artigo, recebidos após as 16h00min da sexta-feira, somente serão distribuídos na sessão ordinária de distribuição da semana seguinte à do recebimento.

Art. 2º. Os Recursos Voluntários serão distribuídos na sessão ordinária de distribuição imediatamente posterior à data do recebimento.

Art. 3º. O lote de processos distribuídos a ex-Conselheiro, ainda em instrução na SDE, ou em outro órgão, será atribuído ao novo Conselheiro, ao iniciar o mandato, através de redistribuição em sessão ordinária de distribuição.

JOÃO GRANDINO RODAS

10/12/2001

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

RESOLUÇÃO Nº 107, DE 15 DE OUTUBRO DE 2001

A COMISSÃO DE SINDICÂNCIA, em caráter permanente, instituída pela Portaria PP 165, de 20 de fevereiro de 1989, publicada no Diário Oficial de 13 de abril de 1989, em cumprimento ao disposto no Item I da Portaria PP 069/89, de 24 de janeiro de 1989, publicada no Diário Oficial de 10 de fevereiro de 1989; Art. 6º do Regimento Interno, aprovado pela Portaria 967, de 16 outubro de 1999, publicada no Diário Oficial de 27 outubro de 1999, alterado pela Portaria 823, de 10 outubro de 2001, publicada no Diário Oficial de 11 outubro de 2001 e Art. 231, § 6º da Constituição Federal, em sessão plenária realizada em 8 de outubro de 2001, deliberou:

Art. 1º Considerar de boa fé as benfeitorias derivadas da ocupação de 52 não índios cadastrados em levantamento fundiário realizado pelo Grupo Técnico Portaria nº 035/PRES/98, na Terra Indígena ALTO TARAUCA, localizada nos municípios de Feijó e Jordão, estado do Acre, relacionadas nos Laudos de Vistoria e Avaliação - LVA's, constantes do Processo FUNAI/BSB/260/99, em consonância com o Parecer nº 07/CS/2001, aprovado na 113ª reunião da Comissão de Sindicância, conforme relação nominal abaixo:

Nº DE ORD.	Nº DO LVA	NOME DO INDÍGENA
01	53	AIDEMAR GOMES DE LIMA
02	01	AIDEMIR BATISTA DE FIGUEIREDO
03	28	ANGELO ALCANTARA DE LIMA
04	44	ANTÔNIO DE LIMA
05	20	ANTÔNIO BRAGA DA SILVA
06	31	ANTÔNIO FRANCISCO DA CONCEIÇÃO DE FRAN-
07	10	CISCO TURIANO DE FARIAS
08	33	ANTÔNIO JOSÉ LOPES FONTINELE
09	11	ANTÔNIO ALIÃO DO NASCIMENTO
10	29	ANTÔNIO XAVIER PEREIRA
11	05	ALDIZO GARCIA DE OLIVEIRA
12	13	DAMIÃO EFRASO DE CASTRO
13	23	DOMINGOS NEVES DE SOUZA (ESPÍRITO)
14	20	EDUARDO BRANDÃO DE LIMA
15	45	EDUARDO NASCIMENTO DA SILVA
16	21	ELTON VICTOR
17	18	FRANCISCO ANDRÉ DE SOUZA
18	36	FRANCISCO BRAGA DE OLIVEIRA
19	24	FRANCISCO CHAGAS DA CRUZ
20	08	FRANCISCO DA SILVA
21	52	FRANCISCO DA SILVA INANITU
22	51	FRANCISCO DAS CHAGAS RODRIGUES DA SILVA
23	09	FRANCISCO FONTINELE DE ALBUQUERQUE
24	04	FRANCISCO PAULO AMARAL
25	07	FRANCISCO SAMPÃO DA SILVA
26	14	FRANCISCO VICTOR
27	22	FRANCISCO VICTOR
28	43	GERALDO LITE BRANDÃO
29	42	JOÃO DE JOSE ANDRADE MELO
30	06	JOÃO DE MELO
31	34	JOÃO DA ROCHA MELO
32	19	JOSÉ VICTOR
33	17	JOSÉ AMBROSIO DA SILVA
34	49	JOSÉ ANTONIO DO NASCIMENTO
35	26	JOSÉ CARLITO DA SILVA
36	48	JOSÉ DA SILVA DE SOUZA
37	50	JOSÉ PAULINO DA SILVA
38	02	JULIO MORAIS
39	37	MANOEL ADEZIRO DO NASCIMENTO SILVA
40	47	MANOEL DE OLIVEIRA GARCIA
41	35	MANOEL JAZON RODRIGUES DA SILVA
42	41	MANOEL MARCELO TEJALIRA DE SOUZA
43	32	MARIA CONCEIÇÃO JULIANO DO NASCIMENTO
44	15	MARIA DAS GRAÇAS FERNANDES DA SILVA
45	16	MIKEL CORREIA DA ROCHA
46	40	MOZANTE RODRIGUES DE SOUZA
47	20	OTÁVIO DA ROCHA MELO
48	24	PELMO CORREIA DA ROCHA
49	12	RAIMUNDO VICTOR DA SILVA
50	46	RISQUETA JESUS DA SILVA
51	38	SILVANO DO NASCIMENTO SILVA
52	27	SILVANO BARRIS MOURÃO

Art. 2º A presente resolução poderá ser objeto de recurso fundamentado ao Presidente da FUNAI, no prazo de 30 dias.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ARTUR NOBRE MENDES
Presidente da Comissão

10/12/2001

Ministério das Relações Exteriores

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 12, DE 8 DE OUTUBRO DE 2001

O MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, no uso da atribuição que lhe confere o Artigo 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no Artigo 1º, inciso IV, do Anexo I, do Decreto nº 3.414, de 14 de abril de 2000, e cumprindo determinação constante do Artigo 17, do Decreto nº 3.751, de 15 de fevereiro de 2001, que dispõe sobre a gestão de projetos de cooperação técnica internacional, resolve:

Art. 1º Aprovar o "Regulamento da Modalidade de Execução Nacional para a gestão de Projetos de Cooperação Técnica Internacional" e as "Diretrizes Gerais para o Desenvolvimento da Cooperação Técnica Internacional Multilateral", na forma dos Anexos I e II a esta portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CELSO LAFER

ANEXO I

Regulamento da Modalidade de Execução Nacional para a Gestão de Projetos de Cooperação Técnica Internacional

TÍTULO I

Das Disposições Preliminares

Art. 1º. A execução de programa de trabalho, junto a organismo internacional, com mandato institucional para implementar atividades de cooperação técnica, será realizada guardando conformidade com as prioridades nacionais de desenvolvimento e com a política externa brasileira.

Art. 2º. Para fins deste Regulamento, considera-se:

I - Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABCMRE) - órgão do Ministério das Relações Exteriores, encarregado de coordenar, negociar, aprovar, acompanhar e avaliar, em âmbito nacional, a cooperação para o desenvolvimento em todas as áreas do conhecimento, recebida de outros países e organismos internacionais, e aquela entre o Brasil e países em desenvolvimento; e administrar recursos financeiros nacionais e internacionais alocados a projetos e atividades de cooperação para o desenvolvimento por ela coordenados.

II - Cooperação Técnica Internacional (CTI) - transferência de tecnologia, conhecimentos e experiências de aplicação prática no processo de desenvolvimento sócio-econômico a um país, ou o apoio à sua geração local, a partir da implementação de um conjunto de ações integradas, executadas em parceria direta entre as partes envolvidas.

III - Acordo Básico de Cooperação Técnica - instrumento firmado entre dois ou mais sujeitos de Direito Internacional Público cujo objeto é a implementação de programas e projetos de cooperação entre as partes.

IV - Instrumento de Cooperação Técnica Internacional - ajuste acessório, de natureza complementar, firmado entre o Governo brasileiro e um organismo internacional, sob a égide de um acordo, tratado ou ato internacional referendado pelo Congresso Nacional, visando à implementação de produtos e atividades de cooperação técnica.

V - Projeto de Cooperação Técnica Internacional - conjunto de ações inter-relacionadas que visam alcançar, por meio da mobilização de recursos humanos e materiais, objetivos e resultados que conduzam a um salto técnico quantitativo e qualitativo do beneficiário da cooperação, institucionalmente sustentado.

VI - Documento de Projeto (PRODOC) - instrumento de planejamento das atividades a serem implementadas pelas instituições parceiras nacionais e internacionais, contendo objetivo, justificativa, metas, plano de trabalho e orçamento.

VII - Organismo Internacional - sociedade entre Estados, dotada de personalidade jurídica internacional, constituída por meio de um tratado, com finalidades de buscar interesses comuns através de uma permanente cooperação entre seus membros.

VIII - Execução Nacional - sistemática de implementação de projetos, aprovada pelas Resoluções nºs 44/211, 47/199, 50/120 e 53/192 da Assembleia Geral das Nações Unidas, cuja direção técnica e coordenação operacional das atividades são de responsabilidade das instituições executoras nacionais, sendo o controle e gestão administrativa, orçamentária, financeira, contábil e patrimonial realizados pela Unidade Unificada de Administração de Projetos, sob responsabilidade da ABCMRE.

IX - Unidade Unificada de Administração de Projetos (UAP/ABC) - unidade gerencial da ABCMRE, por meio da qual será implementada a gestão administrativa, orçamentária, financeira, contábil e patrimonial dos projetos sob a modalidade de execução nacional, financiados por organismos internacionais, com vistas a assegurar visibilidade ainda maior dos atos administrativos aos órgãos executores de projetos e aos de controle interno e externo.